

PROJECTO EDUCATIVO

2009 esds 2013



renovar educando

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p. 03
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS	p. 04
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA:	p. 05
4. PLANO DE INTERVENÇÃO	p. 08
5. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA	p. 19
5.1. Órgãos de Gestão, Administração e Direcção	p. 19
5.2. Estruturas de Participação, Observação e Apoio Educativo	p. 24
6. FUNCIONAMENTO DA ESCOLA	p. 34
6.1. Oferta Curricular 2009/10	p. 34
6.2. Critérios de Matrículas e Constituição de Turmas	p. 36
6.3. Critérios de Distribuição de Serviço e Elaboração de Horários	p. 38
6.4. Critérios de Avaliação	p. 39
7. AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO	p. 43
8. ANEXOS	p. 44

1. INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril consagra à Escola o direito e a responsabilidade de elaborar o seu próprio Projecto Educativo, «*no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa*». É nesse sentido que uma escola deverá conceber um Projecto de Educação que apresente a toda a comunidade educativa um conjunto de linhas de orientação e actuação, tendo como base determinados valores que lhe confirmam uma identidade própria.

Como texto fundador da identidade da escola, de médio prazo, o PE deve, por um lado, estar articulado com textos orientadores da escola e deve ser, por outro lado, estruturante de outros documentos. Assim, este Projecto Educativo vai estar articulado com o Regulamento Interno e o Plano de Intervenção do Director da Escola, e terá a mesma duração temporal deste último – 4 anos¹. Também, a partir deste Projecto, devem derivar e ser construídos outros documentos como os Planos Anuais de Actividades do quadriénio de vigência.

Só com esta articulação é possível constituir uma base de trabalho que assegure coerência e coesão na actividade educativa e que envolva, de uma forma participada, todos os actores do tecido educativo.

Consubstanciando esta articulação, o presente Projecto Educativo elegeu como eixo temático orientador a MISSÃO/VISÃO inscrita no Plano de Intervenção da Direcção da escola:

“Consolidar o estatuto de escola de referência do Ensino Secundário, centrada na qualidade e rigor do processo de ensino/aprendizagem e na formação para a cidadania, que se afirma pela capacidade de inovação, criatividade, eficiência e renovação, contribuindo para a valorização do potencial humano.”

QUALIDADE RIGOR CIDADANIA INOVAÇÃO CRIATIVIDADE EFICIÊNCIA RENOVAÇÃO - são estas as palavras-chave que irão orientar o futuro trabalho da escola, neste documento que se pretende vivo, aberto, operante e concretizável, porque dinâmica irá ser a realidade escolar nos próximos anos.

¹ O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), indica um horizonte temporal de três anos como prazo de vigência. No entanto, considerando que os mandatos dos órgãos de administração e gestão, Conselho Geral e Director, têm um mandato de quatro anos, coloca-se, desde já, a possibilidade do prolongamento do prazo de vigência deste Projecto, por mais um ano, precisamente a mesma duração temporal, 4 anos, do Plano de Intervenção apresentado pelo Director.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Para além da articulação, explicitada no texto introdutório, do presente documento com outros textos estruturantes da vida da escola, importa, neste ponto, esclarecer opções tomadas ao longo da elaboração deste plano.

Conforme o percurso do texto patenteado no sumário, segue-se a este ponto de esclarecimento metodológico uma breve contextualização da situação da escola - ponto 3. Não se optou por uma contextualização que descreva o seu passado histórico, a sua evolução curricular, a sua implantação física e social, porque são abordagens já feitas e pertinentes em outras situações. Considerou-se importante, neste ponto, salientar aspectos de linhas de acção e políticas educativas que condicionam, efectivamente, este período de vigência do Projecto Educativo.

O ponto 4 consubstancia a componente mais operacional deste documento, definindo as Linhas de Intervenção do Projecto de 4 anos, construídas, conforme foi explicitado na introdução, a partir do Plano de Intervenção do actual Director da Escola.

O ponto 5 descreve aspectos de Organização da escola, apresentando os órgãos de gestão directiva, executiva e pedagógica, na sua estrutura, articulação e composição ². Foram destacadas estruturas de Observação, Participação e Apoio Educativo que, não estando contempladas no organigrama organizativo da escola, correspondem a dinâmicas emergentes da vida da instituição que urge fixar no Projecto Educativo, porque da eficácia da actuação dessas estruturas depende parte das Linhas de Intervenção propostas no ponto 4.

No ponto 6, Funcionamento da Escola, está incluída a Oferta Curricular do presente ano lectivo e previsível, na tipologia de cursos, para os restantes anos do quadriénio, bem como os vários tipos de Critérios aprovados e adoptados que regulam a gestão pedagógica da escola.

Por fim, no último ponto do documento, são definidas as formas de avaliação deste Projecto em 2013.

² - A identificação de nomes que compõem alguns órgãos e estruturas corresponde à composição do presente ano lectivo e pode estar sujeita a alterações ao longo do PE

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

ENQUADRAMENTO GERAL

A Escola Secundária de Domingos Sequeira comemorou em 2008 o seu 120º aniversário. Situa-se na cidade de Leiria cuja população é de aproximadamente 43 mil habitantes.

A região vive do comércio, da agropecuária e da indústria, destacando-se o fabrico de objectos de cerâmica, plásticos, moldes e cimentos. A construção civil tem também um peso importante, assim como o turismo. O principal sector económico é o sector terciário, assumindo mais de 50% de todo o tecido empresarial do distrito, tendo a população activa deste sector vindo a crescer progressivamente nos últimos anos.

A população escolar é um espelho do mundo envolvente. É muito heterogénea e culturalmente muito diversificada, proveniente não só da cidade mas também de variadíssimas localidades que chegam a distar 15 a 20 quilómetros de Leiria. Pode-se, no entanto, afirmar que a maioria dos alunos provém de famílias de classe média ou média-baixa com níveis médios de escolaridade, o que se reflecte na sua própria vivência e experiências culturais. Saliente-se, no entanto, que a maioria dos nossos alunos frequenta cursos de prosseguimento de estudos e pretende tirar um curso superior.

LINHAS DE FORÇA DA ACTUAL SITUAÇÃO ESCOLAR

É preocupação, neste ponto do Projecto, salientar as linhas de força da actual situação da escola que condicionam, não só, o seu projecto de afirmação no futuro, como lhe dão sentido, porque se apresentam como oportunidades de renovação reflectidas no seu *slogan* “ **RENOVAR, EDUCANDO** ”.

Nos dois últimos anos, a vida da ESDS, e das escolas em geral, tem sido agitada por vários debates, destacando-se, sobretudo, quatro tipos de oportunidades de renovação:

1. NOVO MODELO DE GESTÃO

Alicerçado no Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, a nova gestão, preparada em 2008/09, entrou em funcionamento no presente ano lectivo. Apresenta uma estrutura tripartida de decisão, execução e direcção pedagógica que reforça lideranças, nomeadamente, a figura do Director eleito pelo Conselho Geral Transi-tório. Esta centralidade representa um desafio de renovação que marca, inevitavelmente, a gestão da escola durante os quatro anos que se seguem.

2. OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA

A intervenção nos espaços físicos da escola, em execução ao longo do presente ano lectivo, virá não só aumentar os níveis de conforto da população escolar, como abre novas perspectivas de trabalho dos serviços que se irão traduzir em novas formas de funcionamento, organização, estruturação e abertura à comunidade.

3. PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

A intervenção nos espaços físicos da escola irá acelerar a implementação do PTE, com reflexos, não só em equipamentos, mas também numa nova dinâmica nos serviços, na sala de aula e na formação de equipas.

4. MECANISMOS DE REGULAÇÃO E AUTO-REGULAÇÃO

A escola de hoje tende a ser monitorizada a vários níveis: os *Rankings* dos resultados escolares hierarquizam desempenhos, a Inspecção Geral de Educação analisa o funcionamento das escolas e atribui-lhes classificações, as próprias instituições de ensino procedem à avaliação do seu corpo de pessoal docente e não docente. Também a ESDS se integrou nesses mecanismos de avaliação e saiu reforçada na consciência daquilo que vale e representa.

A somar a estes mecanismos, impostos externamente, a escola tem, ela própria, desenvolvido formas de se auto-regular:

- Organizou uma Comissão de Auto-Avaliação que ausculta o grau de satisfação da sua população relativamente aos seus serviços, funcionamento e liderança e propõe, com independência, acções de Melhoria.

- Criou um Observatório de (In)disciplina que monitoriza o comportamento dos alunos.
- Constituiu um Observatório de Estatística e facultou dados que permitem, articuladamente com a Secção de Avaliação e trabalho de Departamentos, a comparação de resultados e melhoria do desempenho dos alunos.
- Implementou um Observatório do Abandono Escolar, responsável pelo levantamento de informação sobre de casos de saída precoce do sistema de ensino.
- Implementou uma Estrutura de Apoio Educativo que faz o acompanhamento de casos particulares de necessidades de alunos, a nível de psicológico, disciplinar, económico e preventivo do abandono e insucesso escolar.

O reforço destes mecanismos está inscrito no Plano de Intervenção deste Projecto e vai ao encontro do Rigor e Qualidade que caracterizam a sua filosofia.

No seu conjunto, estes quatro tipos de desafios abrem janelas para uma escola de RIGOR, QUALIDADE, CIDADANIA e EFICIÊNCIA. É necessário que os seus recursos humanos respondam com INOVAÇÃO e CRIATIVIDADE.

Assim, teremos RENOVAÇÃO.

4. PLANO DE INTERVENÇÃO

Objectivos / Estratégias / Metas

A – DIMENSÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA

A flexibilização, a qualidade e a inovação nas opções curriculares e pedagógicas estão no cerne deste Plano de Intervenção.

A planificação conjunta, a discussão de metodologias e a partilha de experiências na prática lectiva, conduzirão à uniformidade, ao rigor, à transparência e à justiça nos critérios.

Na dimensão pedagógica, a comunicação e o diálogo na procura de soluções contribuirão também para que o processo de ensino/aprendizagem decorra num clima de exigência e rigor crescentes, no sentido da responsabilização e autonomia dos nossos alunos.

OBJECTIVO 1

1. Diversificar a oferta curricular e percursos formativos, valorizando o contexto escolar, investindo em recursos materiais e humanos, proporcionando alternativas e criando oportunidades face à realidade envolvente, promovendo um ensino plural e partilhado correspondente às exigências e desafios do futuro.

1. Meta

- **Continuar a oferecer:**
 - **Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Artes Visuais.**
 - **Cursos Profissionais.**
 - **Cursos de Educação e Formação de Adultos do ensino básico e do ensino secundário.**

1. Estratégias

- **Adequação das ofertas formativas dos cursos Científico-Humanísticos (respondendo à procura de formação direccionada ao prosseguimento de estudos de nível superior), Profissionais (respondendo à procura de qualificação profissional atendendo ao tecido empresarial local e nacional), Novo Ensino Recorrente, Educação e Formação de Adultos, visando proporcionar oportunidades de formação face à realidade do mercado de trabalho nacional e europeu.**
- **Incremento do ensino das línguas estrangeiras promovendo o multilinguismo essencial na dimensão europeia para a promoção da coesão e integração económica e social.**

- Reforço da orientação escolar e profissional fomentando o contacto com realidades nacionais e europeias.
- Criação de parcerias ou protocolos com instituições de ensino superior e grupos empresariais, vocacionadas para o incremento do empreendedorismo, face à necessária competitividade nacional, como estratégia transversal a todas as entidades.

OBJECTIVO 2

2. Fomentar aprendizagens centradas nos processos e na gestão de conhecimentos, contribuindo para a formação integral dos alunos como futuros cidadãos responsáveis, conscientes, autónomos, cooperantes, críticos e interventivos.

2. Meta

- Fomentar práticas, recursos e dinâmicas centradas nos alunos.

1. Estratégias

- Utilização de práticas lectivas que permitam a aquisição e promoção de técnicas e métodos de estudo e o desenvolvimento de competências de reflexão crítica, de experimentação e investigação, de análise, de articulação de conteúdos, de planificação e de produção.
- Incremento da adopção de estratégias diferenciadas, nomeadamente trabalhos de pesquisa, de campo, organização de portefólios, trabalhos de projecto e outros, não centrados no professor, que incrementem a participação dos alunos.
- Promoção da Literacia da Informação junto de alunos, desenvolvendo capacidades de pesquisa, selecção e registo da informação impressa e electrónica.
- Investimento no portal de recursos electrónicos, propiciando um acesso controlado a informação credível e seleccionada em espaços informativos da *Net*.
- Valorização de actividades que consolidem a consciência da relação entre a educação formal, não formal e informal, numa perspectiva interdependente de aprendizagem ao longo da vida.
- Promoção da cooperação entre jovens, desenvolvendo estratégias inter-pessoais de negociação, de partilha e outras, consolidando actividades de complemento curricular.
- Criação de protocolos, contratos ou parcerias com instituições científicas, órgãos de decisão, empresas e outras entidades de forma a fazer a ligação

da escola com o meio socio-económico, criando oportunidades de percursos.

- Participação empenhada dos alunos como agentes activos na organização e divulgação de:
 - Projectos;
 - Actividades de Complemento Curricular/Clubes;
 - Intercâmbios;
 - Jornal da escola
 - Desporto Escolar;
 - Outros.

OBJECTIVO 3

3. Promover o sucesso escolar investindo na formação e qualificação de todos os jovens com base em valores de justiça, exigência, rigor e qualidade, reduzindo o abandono precoce do sistema de educação, assumindo a aprendizagem como condição humana ao longo da vida.

3. Metas

- Definir, em cada Plano Anual de Actividades, metas exequíveis de sucesso escolar, por disciplina, por curso e ano de curso, tendo por referência os dados dos exames nacionais.
- Reforçar a organização do Apoio Educativo, no contexto das novas instalações.

3. Estratégias

- Incremento dos projectos em desenvolvimento na promoção do sucesso.
- Diagnóstico de casos de alunos com dificuldades de integração, bem como o seu encaminhamento para as estruturas de diferenciação estratégica criadas e a criar na Escola e outro tipo de apoios, garantindo a concretização da igualdade de oportunidades.
- Incremento de estruturas de orientação e apoio aos alunos, nomeadamente:
 - reforço dos apoios/aprendizagens com orientação através de planos individuais de trabalho;
 - reforços específicos para as disciplinas com exame nacional e disciplinas em atraso;
 - reforço do acompanhamento e encaminhamento dos alunos, desenvolvendo aspectos formativos que proporcionem orientação escolar e profissional, em coordenação sempre que necessário com tutores, coordenadores de Estruturas de Apoio Educativo: Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), Biblioteca Escolar (BECRE), Gabinete de Saúde, Afectos e Sexualidade (SAS), Serviços de Acção Social Escolar (SASE), Sala de Estudo/Apoio Pedagógico (SE/AP), Observatório de Abandono Escolar (OAE);

- Participação activa dos Conselhos de Turma na detecção de dificuldades de aprendizagem ou risco de abandono escolar, propondo planos de actuação/recuperação.
- Reforço da informação e experiências que permitam aos alunos decidir adequadamente quanto à sua vocação.
- Implementação da participação de professores (Directores de Turma, Tutores e outros) com formação adequada para levar a cabo, com eficácia, a tarefa de orientação dos alunos.
- Desenvolvimento e continuação de estratégias de integração de alunos com dificuldades especiais (estrangeiros, trabalhadores-estudantes, minorias, portadores de deficiência, etc).

OBJECTIVO 4

4. Incrementar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

4. Meta

Valorizar e aumentar o sucesso de ensino/aprendizagem e das práticas docentes.

4. Estratégias

- Criação de núcleos nos Departamentos Curriculares de forma a desenvolver materiais pedagógicos de trabalho conjunto, com base no levantamento já existente neste domínio.
- Reforço das práticas de reflexão, planificação e trabalho em equipa inter ou intra-departamental, uniformizando metodologias e materiais pedagógicos.
- Implementação e consecução do Projecto Organizativo da Turma (POT) como projecto de articulação curricular e de normas de comportamento e disciplina.
- Valorização de actividades que propiciem a ligação entre o curricular e o extracurricular.

OBJECTIVO 5

5. Fomentar a formação e valorização profissional do corpo docente e não docente da escola.

5. Meta

- **Elaborar, em ciclos de um ou dois anos, o Plano de Formação da Escola e incentivar o corpo docente e não docente à frequência de, pelo menos, uma acção de formação.**

5. Estratégias

- Levantamento de necessidades de formação dos sectores docente e não

docente da escola.

- Formulação de propostas exequíveis de formação que integrem recursos próprios e outras escolas interessadas.
- Criação de planos de formação adequados ao desenvolvimento de competências e padrões de qualidade.

B – Dimensão Psicossocial e Comunitária

A valorização da Escola, da instituição e do saber por parte de todos os membros da comunidade educativa é condição fundamental para o sucesso. Este só é plenamente alcançado quando se aliam vectores tão importantes como são o profissionalismo e qualificação do corpo docente e não docente, o empenho e integração dos alunos e a dedicação e interesse educativo de pais e encarregados de educação.

OBJECTIVO 1
<p>1. Educar a pessoa como um todo, incentivando uma cultura integradora, construindo e reforçando o sentido de identidade e interacção na comunidade educativa.</p>
<p>1. Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar sessões anuais de divulgação dos documentos orientadores para professores, alunos, pessoal não docente e encarregados de educação. • Realizar pelo menos um encontro anual de: <ul style="list-style-type: none"> ○ acolhimento de professores; ○ acolhimento a alunos do 10º ano; ○ recepção de pais e encarregados de educação dos alunos do 10º ano. • Manter os protocolos já existentes com instituições. • Manter a atribuição dos prémios de Mérito e Excelência.
<p>1. Estratégias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Projecto Educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Actividades junto da comunidade escolar. • Continuação de iniciativas de acolhimento dos novos alunos e professores, no início de cada ano lectivo, ou outras que desenvolvam um clima de aproximação, bem-estar e segurança na comunidade educativa, estimulando as relações de entreajuda e divulgando-as atempada e eficazmente. • Estabelecimento e reforço de protocolos ou contratos com instituições de apoio e protecção dos direitos fundamentais dos jovens, áreas de saúde, ambiente, educação, cultura, bibliotecas escolares, prevenção e segurança.

- Criação de condições para o funcionamento de programas e serviços nos seguintes sectores: apoio económico, alimentação, papelaria, transporte e seguro escolar.
- Reforço do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) de forma a incrementar a interacção com os alunos e todos os agentes educativos, ajudando a construir um projecto pessoal e vocacional.
- Reforço do Gabinete SAS de forma a valorizar a sexualidade e afectividade e a promover o desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras.
- Desenvolvimento da dinâmica de cooperação a nível local, nacional e internacional entre instituições de ensino, empresas e outros, criando parcerias educativas no sentido de promover a articulação com projectos e actividades, concretizando a ligação escola meio.
- Continuação da valorização e reconhecimento do sucesso e atitudes dos alunos, assim como do empenhamento e profissionalismo de todos os elementos da comunidade.
- Criação de Mostras Anuais de divulgação de trabalhos e actividades de áreas curriculares e extracurriculares.
- Valorização e incentivo ao envolvimento da Associação de Estudantes.
- Reforço da comunicação interna e externa divulgando iniciativas promovidas pela Escola.

OBJECTIVO 2

2. Desenvolver uma relação de confiança, cooperação e comunicação entre Escola e Família, privilegiando um diálogo permanente face ao objectivo final de formar os alunos como cidadãos.

2. Metas

- Aumentar o número de contactos entre os encarregados de educação e o director de turma.
- Realizar encontros regulares entre a Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) e os Órgãos de Gestão da Escola.

2. Estratégias

- Reforço das funções pedagógicas do Director de Turma, como elo de ligação com a Família, de modo a dinamizar uma convivência harmoniosa.
- Implementação de Tutorias no acompanhamento personalizado do aluno, em estreita cooperação com a família, o Conselho de Turma, os coordenadores das Estruturas de Apoio Educativo.

- Intensificação da interação entre os Directores de Turma, o Conselho Pedagógico e a APEE, no sentido de encontrar formas de incrementar a implicação pedagógica e colaboração formal, sistemática e assumida de Pais/Encarregados de Educação na educação dos seus filhos/educandos.
- Valorização do papel da APEE, desenvolvendo oportunidades de encontro, incrementando relações de confiança e participação nas actividades da comunidade educativa no âmbito das suas formações ou profissões.
- Implementação de sessões de formação e informação para pais e encarregados de educação com ajuda de especialistas em diversas áreas, envolvendo sempre que possível as diferentes estruturas da Escola e os membros da comunidade.

OBJECTIVO 3

3. Desenvolver atitudes preventivas no âmbito da Saúde, Sexualidade, Ambiente, Consumo e Segurança, tendo em vista a formação de cidadãos responsáveis, conscientes, críticos e interventivos nestas áreas.

3. Metas

- Reforçar as actividades dos clubes, núcleos e gabinetes existentes.
- Realizar, anualmente, dois simulacros de evacuação.
- Incrementar o número de actividades no âmbito do Desporto Escolar.
- Assegurar a manutenção da equipa interdisciplinar de educação para a saúde e educação sexual.

3. Estratégias

- Dinamização de acções de aproximação entre a escola e instituições locais nas áreas do Ambiente, do Consumo e da Segurança, da Saúde e da Sexualidade, nomeadamente campanhas de sensibilização e de informação, conferências, debates, colóquios, exposições, simulacros de emergência.
- Desenvolvimento de actividades de ar livre e de iniciativas no âmbito do Desporto Escolar.
- Continuação do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Promoção da Saúde, Afectos e Sexualidade.

OBJECTIVO 4

4. Construir o quotidiano de escola num exercício permanente de direitos e deveres de Cidadania, valorizando o relacionamento interpessoal e de grupo e promovendo a disciplina.

4. Meta

- Operacionalizar mecanismos de auto-regulação da indisciplina na escola.

4. Estratégias

- Reformulação do Regulamento Interno da Escola de forma a adaptá-lo às permanentes evoluções da sociedade e da comunidade educativa.
- Criação de um Código de Conduta que enumere, de forma simples e objectiva, as regras e comportamentos dos alunos.
- Criação de equipas pedagógicas/grupos de trabalho com vista a solucionar situações de indisciplina dentro e fora da sala de aula, com recurso aos serviços técnicos especializados (SPO).
- Criação de um Observatório da (In)disciplina que monitorize as ocorrências disciplinares dos alunos.

OBJECTIVO 5

5. Desenvolver um perfil de cidadão do Mundo, humanizado ética e civicamente, alicerçado na Cultura, na Ciência, na História e na Língua e tendo a Comunidade Educativa como referente.

5. Meta

- **Reforçar as actividades dos Clubes/Núcleos existentes, Conferências e Ciclos de Palestras.**

5. Estratégias

- Motivação e apoio de candidaturas a projectos de enriquecimento curricular, concursos, visitas de estudo, intercâmbios nacionais e internacionais, incentivando alunos e professores para o contacto com outras realidades e outros valores de ordem social, cultural, estética, científica e desportiva.
- Promoção e desenvolvimento da actividade de Clubes e Núcleos temáticos de acordo com os interesses dos alunos, valorizando a participação e o empenho.
- Valorização do património ambiental e construído/cultural a nível local, nacional e internacional.

C – Dimensão Organizacional e Logística

A organização da Escola deve visar a promoção do sucesso educativo e da realização profissional, criando as melhores condições para que cada actor educativo possa desenvolver o seu trabalho. Assim, deve gerir o tempo, o espaço e os recursos, tendo por base os interesses e necessidades da comunidade escolar, à luz do Projecto Educativo, em interacção com a comunidade local.

OBJECTIVO 1
1. Incrementar o processo de remodelação da ESDS
<p>1. Meta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o processo de remodelação da ESDS de forma a minimizar alguns eventuais inconvenientes para que o processo de ensino/aprendizagem decorra com sucesso e maior tranquilidade.
<p>1. Estratégias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão do processo de remodelação da ESDS de modo a minimizar alguns eventuais inconvenientes para que o processo de ensino aprendizagem decorra com a maior tranquilidade. • Implementação de protocolos para disponibilizar espaços e equipamentos da Escola com vista à sua rentabilização e serviço à comunidade. • Criação e desenvolvimento de relações de parceria que potenciem a melhoria de equipamentos, instalações, espaços vivenciais e envolventes. • Criação de horários em que haja compatibilização de ocupação de tempos livres, reuniões de trabalho e formação. • Constituição de turmas e elaboração de horários com base nos critérios aprovados em Conselho Pedagógico, otimizando a ocupação de alunos nos tempos livres.
OBJECTIVO 2
2. Reforçar a cultura de auto-avaliação e auto-regulação do trabalho na escola.
<p>2. Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter o trabalho da Comissão de Auto-Avaliação da escola. • Analisar, discutir e apoiar as Acções de Melhoria propostas pela Comissão. • Avaliar regularmente o grau de satisfação dos principais utentes dos serviços prestados pela Escola.
<p>2. Estratégias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um relatório anual de trabalho da Comissão. • Propor Acções de Melhoria decorrentes do levantamento de necessidades e grau de satisfação da comunidade escolar. • Integração das Acções de Melhoria no Plano de Actividades de cada ano.

OBJECTIVO 3
3. Melhorar o funcionamento, a articulação e a cooperação dos órgãos de gestão e outras estruturas intermédias da escola, incrementando o acesso à informação.
3. Meta <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os circuitos de comunicação interna e externa.
3. Estratégias <ul style="list-style-type: none"> • Incremento da articulação entre os órgãos de gestão e outras estruturas da Escola, para uma planificação participada e cooperativa, promovendo a análise reflexiva de toda a comunidade. • Agendamento periódico de encontros formais e informais, conjuntos ou parcelares, entre órgãos de gestão e outras estruturas da escola, com objectivos temáticos para partilha de ideias, recolha de opiniões, propostas de estratégias. • Incentivo à criação e promoção de modelos inovadores de discussão e trabalho no interior da comunidade educativa para a melhoria das relações profissionais. • Incremento da eficácia dos canais de comunicação interna e/ou externa, quer para divulgação de toda a legislação, regulamentos e demais informações oficiais, quer para a promoção de todas as iniciativas escolares. • Manter actualizados o jornal electrónico de informação escolar e a página da escola. • Criar um Sector de Comunicação e Imagem que assegure a divulgação de informações no interior e exterior da escola.
OBJECTIVO 4
4. Integrar a escola no Plano Tecnológico da Educação (PTE) em curso.
4. Meta <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a estrutura tecnológica da escola.
4. Estratégias <ul style="list-style-type: none"> • Investimento em infra-estruturas tecnológicas que integrem a escola nas várias vertentes de intervenção do PTE. • Alargamento da utilização do <i>e-learning</i> e das TIC em sala de aula e demais espaços vocacionados para o trabalho. • Aumento da oferta de formação, ao corpo docente e não docente, na área das novas tecnologias.

- Formação de uma equipa multidisciplinar com funções de planeamento e gestão da estrutura tecnológica da escola.

OBJECTIVO 5

6. Organização de equipas de trabalho diversificadas como processo de gestão organizacional.

6. Meta

- Implementação de grupos de trabalho diversificados.

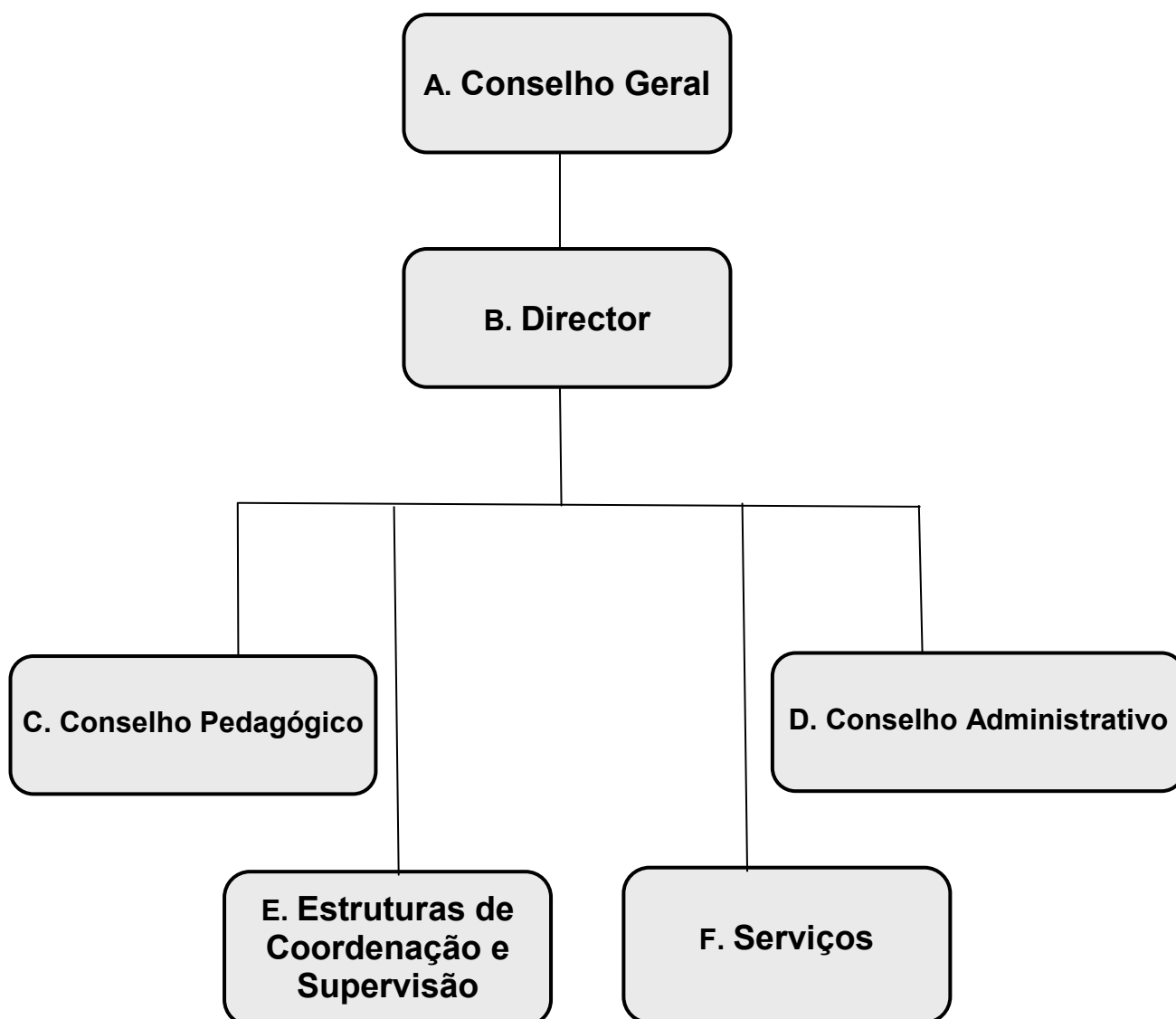
6. Estratégias

- Criação de equipas de trabalho de constituição diversificada como forma de transmissão de conhecimentos de rotinas organizacionais.
- Envolvimento de colaborações externas, nas diversas Secções de trabalho do Conselho Pedagógico.

5. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

5.1. ÓRGÃOS DE DIRECÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Geral, o Director, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo asseguram as funções de direcção, gestão e administração da escola, apresentando a seguinte **estrutura e interligação**:



5.1.1. ÓRGÃOS DE DIRECÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - COMPOSIÇÃO

A. CONSELHO GERAL		
PRESIDENTE: Maria José Guerreiro da Franca e S. Miranda – GR 300		
PROFESSORES	Elisa Maria Marcelino R N Póvoas	GR 400
	Ilda Jacinta A Pratas Saraiva	GR 500
	José Manuel Filipe Monteiro	GR 430
	José Manuel Santos Ferreira	GR 430
	Lucinda Gaspar A. Caleira	GR 300 <i>2ª Secretária</i>
	Teresa Maria Gonçalves Gouveia	GR 520
PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	Acácio F dos Santos L de Sousa	
	Dina Maria da Costa Silva	
	Maria de Lurdes F. G. Quintela	
	Maria Fernanda R. Guapo	
ALUNOS	António José Faria de Oliveira	12º E
	Rui Pedro Tavares de Sousa	12º E
PESSOAL NÃO DOCENTE	Maria Helena Bidarra Nunes	
	Odette Ferreira António	<i>1ª Secretária</i>
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	Gonçalo Lopes	Vereador C.M.L.
	Manuel Carreira B. da Cruz	Junta F. Cortes
	Maria da Conceição Pedrosa Brás	Junta F. Monte Real
COMUNIDADE LOCAL	João Paulo Marques	I.P.L.
	Maria José Reis	Orfeão de Leiria
	Sónia Amaro	Nerlei

B. DIRECTOR Joaquim Marques Silva	
SUBDIRECTOR	Guida Lourenço de Almeida Alves
ADJUNTOS DO DIRECTOR	Ana Cristina de Barros Garcia
	Célia Maria Mano Catulo
	Maria Clara Nunes Alves
ASSESSORES	Bruno João Cascavel Geraldés
	Paulo Renato Gouveia Parreira

C. CONSELHO PEDAGÓGICO		
PRESIDENTE: Joaquim Marques Silva		
Departamento A	Dulcelina da Silva Santos	
Departamento B	Maria Margarida Nogueira	
Departamento C	José Carlos Melo e Castro	
Departamento D	Jorge Manuel Carreira Nunes	
Departamento de Projectos	Maria Helena Gaiolas	
Coordenadora Directores de Turma CCH.	Regina Sousa Oliveira	
Coordenadora Iniciativa Novas Oportunidades	Célia Maria Mano Catulo	
Representante Cursos Profissionais	Vítor Manuel Pinto Lopes Rama	
Serviços Especializados de Apoio Educativo	Cristina Alveirinho Marques	
Coordenadora BECRE	Natália Maria Antunes Caseiro	
Representante Pessoal Não Docente	Vitorino Andrade	
Pais e EE	Ana Paula Santos	
Alunos	Ana Vieira	10º B
	Renato Batista	12º K

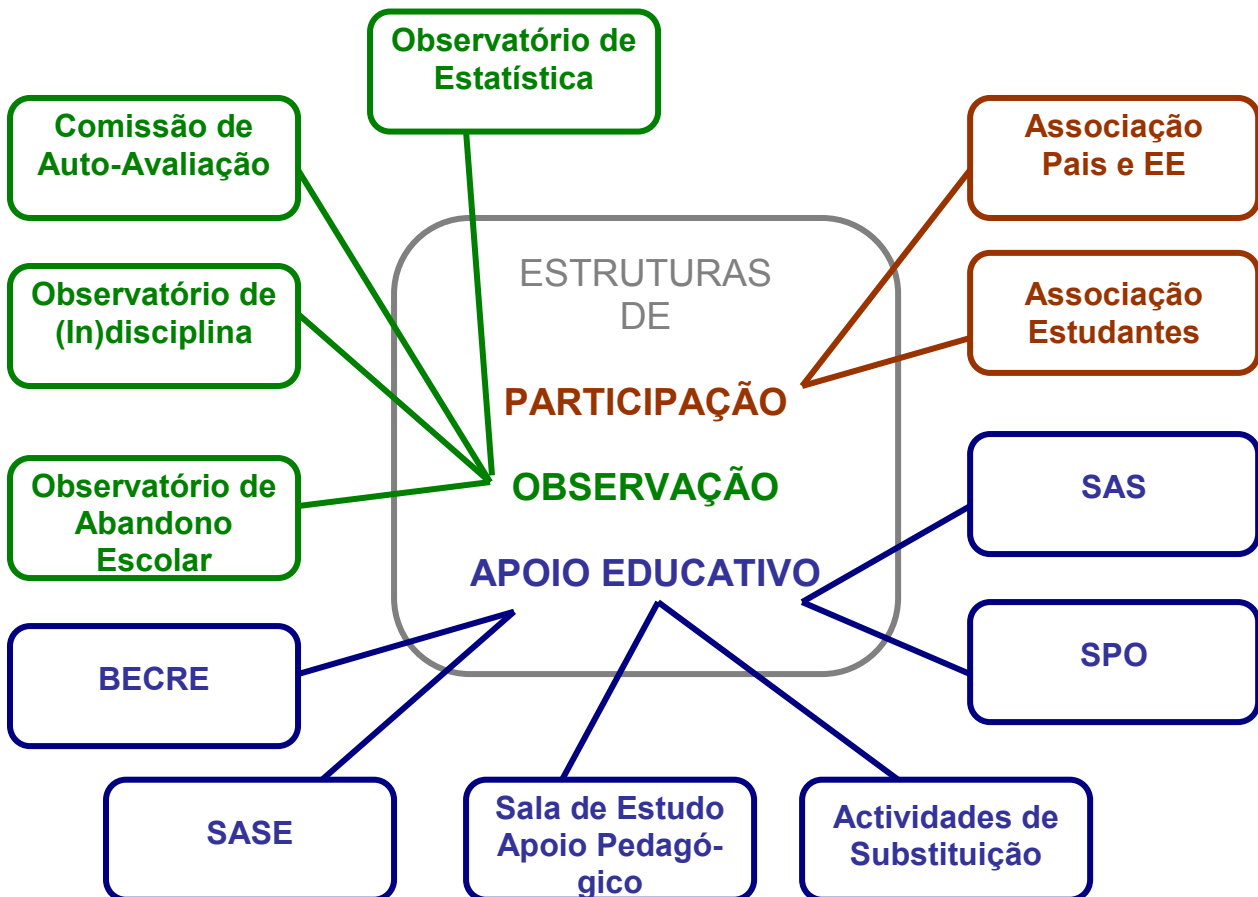
D. CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Director	Joaquim Marques Silva
Subdirector	Guida Lourenço de Almeida Alves
Chefe dos Serviços de Administração Escolar	Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate

E. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO		
Departamento A LÍNGUAS Dulcelina da Silva Santos	300 - Português	Dulcelina da Silva Santos
	330 - Inglês	Adélia Rodrigues Nowak
Departamento B CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS Margarida Nogueira	290 – Educação Moral e Religiosa Católica	
	400 - História	Elisa Maria Póvoas
	410 - Filosofia	Isabel Santos Martins
	420 - Geografia	Ana Godinho Bernarda
	430 – Economia e Contabilidade	José Manuel Ferreira
	530 – 12°C Secretariado	
Departamento C MATEMÁTICA E CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS José Carlos Castro	500 - Matemática	João Manuel Rino
	510 – Físico / Química	Deolinda Garrido
	520 – Biologia / Geologia	Maria Antónia Barreto
	530 – Construção Civil	Isabel Maria Fonseca
	540 – Electrotecnia / Electrónica	Vítor Manuel Pinto Lopes Rama
	550 – Tecnologias da Informação e Comunic.	Irene Bernardes Pereira
Departamento D EXPRESSÕES Jorge Nunes	600 – Expressões Plásticas	Suzana Osório Pires
	620 – Educação Física	Alzira Maria Filipe Monteiro
DEPARTAMENTO DE PROJECTOS	Maria Helena Gaiolas Parreira (coordenadora)	
DIRECÇÃO DE TURMA	Regina Sousa Oliveira (coordenadora CH/CT) e Henrique Manuel Gariso (coordenador CP)	
DIRECÇÃO DE CURSO – ENSINO PROFISSIONAL	Vítor Manuel Pinto Lopes Rama (representante dos CP)	
COORDENAÇÃO / MEDIAÇÃO DOS CURSOS EFA	Célia Maria Mano Catulo (Coordenadora Iniciativa Novas Oportunidades)	
DIRECTORES DE CURSOS TECNOLÓGICOS	Paulo Carvalho dos Santos e Vítor Manuel Pinto Lopes Rama	
COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS MÓDULOS CAPITALIZÁVEIS	Maria Clara Nunes Alves	

F. SERVIÇOS	
SERVIÇOS ADMI- NISTRATIVOS	Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate - <i>Chefe dos Serviços de Administração Escolar</i>
SERVIÇOS TÉCNI- CO- PEDAGÓGICOS	SPO- Cristina Alveirinho Marques BECRE - Natália Maria Antunes Caseiro SASE - Siculdina Tomé Filipe Ferreira Taveira – <i>Assistente Técnica</i>
COORDENADOR ENERGIA/SEGURANÇA	Vítor Manuel Pinto Lopes Rama
DIRECÇÃO DE INSTALAÇÕES	

5.2. ESTRUTURAS DE PARTICIPAÇÃO, DE OBSERVAÇÃO E DE APOIO EDUCATIVO

A Associação de Pais e Encarregados de Educação, a Associação de Estudantes, as Estruturas de Apoio Educativo, o Observatório de (In)disciplina, o Observatório de Estatística, o Observatório de Abandono Escolar e a Comissão de Auto-Avaliação constituem ainda sectores da escola que asseguram a participação, observação e apoio das actividades escolares, conforme o seguinte esquema:



5.2.1. ESTRUTURAS DE PARTICIPAÇÃO, DE OBSERVAÇÃO E DE APOIO EDUCATIVO

COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO		
PRESIDENTE: Acácio de Sousa		
COMPOSIÇÃO	Vice-presidente: Lurdes Quintela	
	Secretário: João Paulo Marques	
	Tesoureira: Eugénia Tavares	
	Vogais: Ana Paula Santos; Dina Silva; Fernanda Guapo; Luís Silva; Margarida Faria;	
OBJECTIVOS	Estabelecer laços de cooperação Escola/Famílias no sentido da optimização dos resultados dos educandos, fazendo sentir à Escola os anseios dos Encarregados de Educação e a estes as opções e condições de trabalho da Escola	
REPRESENTAÇÃO	Conselho Geral	4 elementos
	Conselho Pedagógico	1 elemento
	Comissão de Auto-Avaliação	2 elementos
	Observatório da (In)disciplina	1 elemento
DURAÇÃO DO MANDATO	1 ano lectivo.	
OUTRAS CARACTERÍSTICAS	Plano de Actividades aprovado com as linhas de orientação gerais na 1ª A.G. do ano lectivo que aprova, igualmente, o relatório do ano anterior. Este plano de actividades tem segmentos incluídos no PAA da escola.	

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES	
PRESIDENTE: António José de Oliveira	
COMPOSIÇÃO	Direcção – Presidente: António José de Oliveira
	- Vice-Presidente: Rui Sousa
	- Tesoureiro: João Ritto
	- Secretário: Cátia Ferreira
	- 7 Vogais
	Conselho Administrativo – 15 membros
	Mesa RGA - 3 membros
	Comissão Eleitoral – 2 Membros

OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover as relações entre alunos. • Defender os interesses dos alunos. • Fomentar a prática desportiva e lúdica. 	
REPRESENTAÇÃO	Conselho Geral	2 representantes
	Comissão de Auto-Avaliação	1 representante
DURAÇÃO DO MANDATO	1 ano lectivo	
OUTRAS CARACTERÍSTICAS	Plano de Actividades incluído no PAA da escola.	

ESTRUTURAS DE APOIO EDUCATIVO

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

COMPOSIÇÃO	Psicóloga – Cristina Marques
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o aluno no seu processo de aprendizagem e de interacção no sistema de relações interpessoais, para o seu desenvolvimento integral e construção da sua identidade pessoal. • Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores e encarregados de educação, tendo em vista o sucesso escolar. • Promover actividades específicas de informação e aconselhamento escolar e vocacional. • Colaborar na melhoria da rede de relações interpessoais da comunidade escolar. • Participar na definição de estratégias de orientação educativa que promovam o acompanhamento do aluno no seu percurso escolar.
MODALIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação Escolar e Profissional • Apoio Psicopedagógico • Endereço de contacto e atendimento SPOonline • Colaboração no Plano de Formação da Escola • Colaboração e articulação com projectos interdisciplinares
REPRESENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Pedagógico • Observatório de Indisciplina • Plano de Formação da Escola • Colaboração nas matrículas e constituição de turmas do 10º ano

ESTRUTURAS DE APOIO EDUCATIVO BECRE – Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos	
COMPOSIÇÃO	Professora-bibliotecária – Natália Caseiro Professoras – Ana Paula Catarino, Isabel Fonseca, Maria José Oliveira Assistentes Operacionais – Noémia Pinto e Maria Luísa Barbosa
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Enriquecer os fundos documentais ao serviço do currículo e promoção da leitura. • Implementar estratégias de intervenção curricular e de promoção do sucesso escolar dos alunos através do apoio em literacia da informação e métodos de estudo. • Optimizar e aprofundar serviços educativos de informação e comunicação <i>online</i>. • Articular a dinâmica e serviços da BE-CRE com outros sectores de comunicação e produção de recursos da escola.
MODALIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio curricular – Módulos de Apoio à Área de Projecto do 12º ano através de sessões presenciais e espaço <i>online</i> no jornal Novo Arauto. • Apoio documental– selecção, aquisição e divulgação de livros, revistas e filmes que respondam às necessidades de apoio dos alunos e professores; portal de recursos electrónicos – Estante Virtual - de apoio à pesquisa documental. • Materiais de apoio – guiões de exploração de filmes do CRE; folhetos de apoio em literacia de informação e métodos de estudo; fichas de pesquisa bibliográfica. <p>Apoio presencial a alunos – pesquisa da informação e métodos de estudo.</p>
REPRESENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Pedagógico • Comissão de Auto-Avaliação

ESTRUTURAS DE APOIO EDUCATIVO SE / AP – Sala de Estudo e Apoio Pedagógico	
COMPOSIÇÃO	Professores: Isabel Martins, Maria do Céu Faria, Margarida Hingá e Regina de Sousa (<i>coordenação</i>)
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a integração dos alunos, sobretudo no 10º ano. • Criar condições complementares de consolidação de conhecimentos prioritários, nas disciplinas de Português, Matemática, Física e Química A e Inglês. • Desenvolver capacidades de aquisição de novos conhecimentos. • Promover o sucesso dos alunos e prevenir o abandono escolar.
MODALIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> • AP – Apoio Pedagógico – preferencialmente nas disciplinas de Português, Matemática, Física e Química A e Inglês. • Sala de Estudo – em todas as disciplinas, com monitorização de professores de diferentes áreas e divulgada em cartaz afixado. <p><i>(A frequência destes apoios é voluntária, pelo que é necessária a sensibilização dos alunos.)</i></p>

ESTRUTURAS DE APOIO EDUCATIVO AS – Actividades de Substituição	
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a ocupação plena dos tempos escolares. • Contribuir para o cumprimento do currículo e dos programas das diferentes disciplinas. • Promover o sucesso escolar.
MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de aulas por professores da mesma área disciplinar. • Substituição por professores da mesma turma. • Substituição indistinta por outro docente em escala de serviço. • Substituição por outro docente presente na escola em componente não lectiva.

RECURSOS	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de aula elaborado pelo professor da disciplina e entregue ao funcionário designado. • Materiais elaborados pelo grupo disciplinar e constantes em dossiê próprio na sala de professores. • Recursos documentais existentes na BECRE (filmes com guião de exploração, actividades de pesquisa documental em documentação impressa, desafios de leitura, etc.)
-----------------	--

ESTRUTURAS DE APOIO EDUCATIVO

SAS – Gabinete de Saúde, Afectos e Sexualidade

COMPOSIÇÃO	Professores – Ana Paula Ferreira, José Miranda de Carvalho, Lucinda Caleira (<i>coordenadora</i>), Margarida Hingá, Paulo Ribeira, Olga Eusébio, Teresa Gouveia.
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • “Escutar” as dúvidas, questões e problemas colocados pelos alunos que os procuram • Capacitar os alunos de conhecimento e compreensão para que possam escolher e decidir, de forma livre e responsável, sobre a sua saúde e sexualidade • Estimular a reflexão e a tomada de consciência de que cada decisão acarreta consequências • Promover competências ao nível da assertividade, comunicação e prevenção de situações de risco, • Encaminhar os alunos para especialistas, sempre que necessário • Estabelecer a “ponte” entre os alunos e a família
MODALIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção de todas as turmas do 10º ano e encarregados de educação acompanhantes • Reunião com pais e EE dos alunos do 10º, 11º e 12º anos para apresentação do plano de contingência da gripe A • Atendimento aos alunos no gabinete do aluno • Pesquisas específicas relativas a problemas apresentados pelos alunos que recorrem ao gabinete, no âmbito da formação individual e colectiva, dos elementos constituintes da equipa dinamizadora do projecto. • Colóquios / Debates com recursos humanos da ESDS e colaboradores externos. • Caixa de perguntas para explicitação de conceitos e/ou dúvidas da população discente

	<ul style="list-style-type: none"> • Comemoração de dias internacionais/mundiais. • Consultas mensais de nutrição, sexualidade e planeamento, saúde mental e medicinas alternativas • Colaboração com os alunos de Área de Projecto na abordagem de temas relacionados com o projecto • Campanhas de rastreio • Actividades lúdico-pedagógicas: visionamento de filmes educativos e excertos de filmes acompanhados de reflexão à volta das suas temáticas; jogo da cidadania • Dinamização de eventos e actividades em colaboração com outros projectos da escola e diversas entidades • Palestras dinamizadas por técnicos especializados em diferentes áreas da saúde • Sessões para Encarregados de Educação e familiares abordando temas relacionados com saúde, afectos e sexualidades • Debates em pequeno e grande grupos sobre assuntos propostos pelos alunos relacionados com a temática do projecto • Formação de assistentes operacionais (cozinha e bar) e alteração de procedimentos relacionados com distúrbios alimentares • Teatro-debate/interactivo realizado por grupos de mérito reconhecido.
--	--

OI – OBSERVATÓRIO DE (IN)DISCIPLINA

OI – OBSERVATÓRIO DE (IN)DISCIPLINA	
COMPOSIÇÃO	Professores - Isabel Fonseca, José Carlos Castro (<i>coordenador</i>), José Monteiro. Psicóloga – Cristina Marques Representante da APEE
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar, enquadrar e acompanhar os problemas disciplinares dos alunos; • Recolher, registar e tratar a informação referente às ocorrências/participações de indisciplina /violência em contexto escolar. • Avaliar a capacidade de resposta da escola. • Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de comunicar/actuar em casos de suspeita ou confirmação de indisciplina. • Reflectir sobre as causas da indisciplina

MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha das participações • Registo, análise e tratamento dos dados • Comunicação ao Director • Contacto com o Director e a coordenadora dos DT's para esclarecimentos • Divulgação no Conselho Pedagógico.
-----------------------------------	---

AA-ESDS - COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

COMPOSIÇÃO	<p>Professores – Dulcelina Santos (<i>coordenadora</i>), Graça Gouveia, Natália Caseiro, Teresa Gouveia APEE – Acácio de Sousa e Ana Paula Santos Alunos – António Oliveira e Inês Frazão Assistentes Operacionais – Augusta Fernandes</p>
OBJECTIVOS	<p>Auscultar a comunidade escolar e recolher evidências do seu grau de satisfação sobre a escola em geral e aspectos específicos consignados na legislação regulamentadora (Lei nº31/2002 de 20 Dezembro):</p> <ul style="list-style-type: none"> • grau de concretização do projecto educativo e o modo como se prepara e realiza a educação, o ensino e as aprendizagens dos alunos; • nível de execução de actividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos que favorecem a interacção escola-meio, a integração social e a formação integral dos jovens; • desempenho dos órgãos de administração e gestão, abrangendo as estruturas intermédias de gestão e orientação educativa, os serviços administrativos e a gestão de recursos; • sucesso escolar avaliado através da frequência escolar e dos resultados das avaliações internas e externas; • prática de uma cultura de colaboração entre os diversos membros da comunidade educativa.
MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Propor um plano de Acções de Melhoria para cada ano. • Acompanhar o cumprimento do plano proposto. • Articular a sua acção com o Director da escola.

OE - OBSERVATÓRIO DE ESTATÍSTICA	
COMPOSIÇÃO	Professores – João Manuel Basílio e Paulo Renato Parreira
OBJECTIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar e acompanhar os resultados académicos dos alunos. • Fornecer indicadores estatísticos das aprendizagens escolares, favorecendo a auto-regulação da actividade pedagógica dos docentes através da análise comparativa de resultados de aprendizagem dos alunos.
MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de dados estatísticos e organização de informação, disponibilizada para: <ul style="list-style-type: none"> ○ balanço de avaliações de período; ○ consecução de metas incluídas no relatório do Plano Anual de Actividades; ○ informação sobre os cursos do prosseguimento de estudos dos alunos do 12º ano; ○ análise comparativa com os resultados dos exames nacionais.

OAE – OBSERVATÓRIO DO ABANDONO ESCOLAR	
COMPOSIÇÃO	Professora Interlocutora – Cristina Ferreira Olaio
OBJECTIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar as situações de eventual abandono escolar de alunos.
MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Controle escrito de situações potenciais de abandono. • Contacto com professores e directores de turma. • Registo de informação em plataforma que centraliza dados de abandono escolar.

SASE – Serviço de Acção Social Escolar	
COMPOSIÇÃO	Assistente técnica - Siculdina Tomé Filipe Ferreira Taveira
OBJECTIVO	O Serviço de Acção Social Escolar é um órgão administrativo que tem por objectivo dar execução às actuais medidas de combate à exclusão social escolar ao nível local.
ÁREAS DE COMPE- TÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a igualdade de oportunidades dos jovens, actuando nas seguintes áreas de competência: <ul style="list-style-type: none"> ○ atribuição de subsídios e bolsas de mérito a alunos carenciados; ○ gestão e instrução de processos de seguro escolar; ○ prevenção e encaminhamento de acidentes escolares; ○ organização e gestão do serviço de exploração do bufete e da papelaria; ○ verificação e controlo da qualidade e da eficácia do serviço de refeitório; ○ atribuição de subsídios de transporte no âmbito dos protocolos estabelecidos entre a escola e as autarquias inscritas na sua área de influência.

6. FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

6.1. Oferta Curricular 2009/10

6.2. Critérios de Matrículas e Constituição de Turmas

6.3. Critérios de Distribuição de Serviço e Elaboração de Horários

6.4. Critérios de Avaliação dos Alunos

6.1. OFERTA CURRICULAR ESDS 2009/10³

CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS	Ciências e Tecnologias
	Ciências Socioeconómicas
	Artes Visuais
CURSOS TECNOLÓGICOS	CT de Electrotecnia e Electrónica
	CT de Administração
CURSOS PROFISSIONAIS	CP Técnico de Informática de Gestão
	CP Técnico de Gestão
	CP Técnico Electrónica, Automação e Computação
	CP Técnico de Contabilidade
	CP Técnico de Instalações Eléctricas
	CP Técnico Instrumentista de Cordas e Teclas
	CP Técnico Instrumentista de Sopro e Percussão

³ Esta oferta corresponde aos cursos existentes na escola em 2009/10, podendo sofrer alterações durante a vigência do PE.

CURSOS DO ENSINO NOCTURNO	EFA - FORMAÇÃO ESCOLAR <ul style="list-style-type: none"> • Básico • Secundário
	EFA - DUPLA CERTIFICAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Básico <ul style="list-style-type: none"> ○ Práticas Administrativas • Secundário <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico Informática Sistemas ○ Práticas Administrativas ○ Técnico Informática Sistemas ○ Técnico Contabilidade ○ Técnico Electrónica de Computadores ○ Técnico Instalações Eléctricas ○ Técnico Apoio à Gestão
MÓDULOS CAPITALIZÁVEIS	Tecnológico de Administração

Em Anexo 1, é apresentado o Desenho Curricular dos Cursos em funcionamento na escola em 2009/10.

6.2. CRITÉRIOS DE MATRÍCULAS E CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

MATRÍCULA / RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA

- O processo de matrícula/renovação de matrícula é da responsabilidade do Director de turma em articulação com a Coordenação dos DT's, serviços de SPO e Serviços Administrativos.
- A matrícula tem lugar para ingresso, pela primeira vez, no ensino secundário. O pedido de matrícula é dirigido à escola ou agrupamento de escolas onde o aluno concluiu o ensino básico, não podendo ultrapassar a data limite de 15 de Julho.
- A renovação de matrícula tem lugar nos anos lectivos subsequentes ao da matrícula até à conclusão do respectivo nível de ensino, não podendo ultrapassar a data limite de 15 de Julho ou o 3.º dia útil subsequente à definição da situação escolar do aluno.
- Na nossa escola, é facultada ao encarregado de educação, toda a informação necessária para a renovação de matrícula, em suporte papel ou online.
- A matrícula ou a sua renovação é considerada condicional, só se tornando definitiva quando estiver concluído o processo de distribuição dos alunos pelos estabelecimentos de ensino.
- Expirados os prazos fixados podem ainda ser aceites, em condições excepcionais e devidamente justificadas, matrículas ou renovações de matrículas nas seguintes condições:
 - a) Nos oito dias úteis imediatamente seguintes, mediante o pagamento de propina suplementar, estabelecida pela escola;
 - b) Terminado o prazo, até 31 de Dezembro, mediante existência de vaga nas turmas constituídas e pagamento de propina suplementar estabelecida pela escola.

- No nosso estabelecimento de ensino, as vagas existentes para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente, aos alunos:
 - a) com necessidades educativas especiais resultantes de deficiências ou incapacidade;
 - b) que frequentaram a escola no ano anterior;
 - c) com irmãos já matriculados na escola;
 - d) cuja residência ou actividade profissional dos pais ou encarregado de educação se situe na área geográfica da escola;
 - e) mais novos.
- O Órgão de gestão elabora uma lista de alunos que requereram a primeira matrícula até 25 de Julho e as listas dos candidatos admitidos são afixadas até 31 de Julho.

CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

- A constituição de turmas é da responsabilidade do Órgão de Gestão, que nomeia uma equipa que integra a Coordenação dos Directores de turma, os Serviços de Psicologia e Orientação e docentes do quadro de escola.
- A orientação do trabalho é feita com base na legislação em vigor e nos normativos emanados pelo Ministério de Educação, prevalecendo critérios de natureza pedagógica definidos no Projecto Educativo da escola.
- As turmas dos 10.º aos 12.º anos são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos. Para a abertura de uma disciplina de opção, o número mínimo é de 10 alunos.
- As turmas dos anos sequenciais bem como as disciplinas de continuidade obrigatória podem funcionar com um número de alunos inferior ao previsto no parágrafo anterior, de forma a assegurar o prosseguimento de estudos.
- Sempre que possível, são cumulativamente aplicáveis as seguintes orientações aprovadas em Conselho Pedagógico:

- seguir as orientações dos conselhos de turma e director de turma;
- respeitar as prioridades das disciplinas de opção indicadas pelos alunos;
- respeitar os pedidos formulados pelos encarregados de educação, desde que devidamente fundamentados e entregues dentro do prazo legal;
- não constituir turmas apenas com alunos em situação de retenção;
- atender ao equilíbrio entre o número de alunos e alunas;
- atender à homogeneidade no que diz respeito ao nível etário dos alunos.

6.3. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO E ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO LECTIVO

A distribuição de serviço é da competência do Órgão de Gestão, sob parecer do Coordenador de Área Disciplinar, que deve ponderar os seguintes critérios:

- aproveitamento dos recursos disponíveis, maximizando a rentabilidade da formação académica dos docentes;
- natureza pedagógica sobre critérios de natureza administrativa;
- princípio da continuidade dentro do ciclo, sempre que possível;
- equilíbrio e justiça relativamente ao número de turmas/níveis/alunos;
- princípio da equidade na repartição de turmas, considerando as diversas valências educativas e formativas existentes na escola;
- preocupação em que disciplinas sujeitas a exame nacional não fiquem por atribuir;
- preocupação em atribuir as turmas dos cursos EFA e Profissionais a professores com interesse e disponibilidade para esse tipo de curso.

ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

A elaboração dos horários é da responsabilidade do Órgão de Gestão, e deve ter em conta:

- respeito pelos requisitos legais em vigor;
- conveniência pedagógica;
- optimização dos espaços físicos existentes;
- continuidade pedagógica das equipas, sempre que se justifique.

CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE DIRECÇÕES DE TURMA

A designação dos Directores de Turma é da responsabilidade do Órgão de Gestão e deve reunir as seguintes características:

- ser, preferencialmente, professor do quadro de escola;
- leccionar à totalidade ou à maioria dos alunos da turma;
- ser um docente com facilidade de comunicação / relacionamento interpessoal, capaz de criar um bom ambiente entre os intervenientes do processo educativo;
- gostar de trabalhar em equipa e ter competências de liderança e coordenação;
- além destas características, dentro do mesmo ciclo de estudos, e sempre que se considere adequado, deve manter-se a continuidade do cargo.

6.4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Princípios do professor na avaliação dos alunos:

- Dar a conhecer os critérios e os instrumentos de avaliação que irão ser aplicados ao longo do ano, de modo a que o aluno compreenda o processo de avaliação e nele se empenhe activamente.
- Respeitar o espírito da avaliação contínua.
- Valorizar os conhecimentos, as competências, as atitudes e valores e as aptidões e capacidades, não devendo a avaliação/classificação reflectir

apenas uma média aritmética dos valores atingidos nos diferentes instrumentos de avaliação aplicados.

- Incentivar a Avaliação Formativa.
- Aplicar técnicas e instrumentos de avaliação adequados aos objectivos e conteúdos leccionados, informando sistematicamente os alunos e outros intervenientes no processo educativo sobre o desempenho dos alunos, com vista à melhoria das aprendizagens.
- Promover a auto-avaliação dos alunos.

Pesos na avaliação dos alunos

Com base na análise dos critérios de avaliação propostos pelos diferentes Departamentos, os critérios gerais comuns a todos os anos de escolaridade e à generalidade das disciplinas⁴ são:

- Conhecimentos — 90% (testes, exercícios escritos; fichas; provas práticas; oralidade; relatórios; trabalhos escritos individuais e de grupo; provas do domínio psicomotor; etc.)
- Atitudes e valores — 10%

Estes critérios gerais deverão ser aplicados por todos os docentes desta Escola de acordo com a legislação em vigor e traduzidos em critérios específicos para cada disciplina, depois de aprovados em Conselho Pedagógico.

Registos de avaliação – preceitos gerais

- **Instrumentos de avaliação** - sendo a avaliação um processo contínuo, resulta necessariamente de uma multiplicidade de registos informativos percebidos ao longo do ano lectivo pelo docente e pelos alunos. Esta informação é recolhida, basicamente, de duas formas diferentes:
 - a) Por um lado, através da diversidade de instrumentos de avaliação elaborados com esse propósito específico (provas escritas, provas práticas, relatórios, trabalhos individuais ou de grupo, etc.).

⁴ - Exceptuam-se as seguintes disciplinas com critérios específicos de avaliação: Educação Física, Disciplina de Especificação, o Projecto Tecnológico, o Estágio Curricular, a Prova de Aptidão e a Área de Projecto, bem como os Cursos Profissionais e Cursos EFA.

b) Por outro lado, através do registo de observação do desempenho quotidiano do aluno.

Cabe a cada professor fornecer ao Director de Turma informações periódicas referentes à avaliação, utilizando para o efeito o modelo que se encontra em dossiê próprio.

- **Momentos formais de avaliação** - recomenda-se a marcação de um número mínimo de **dois momentos** formais de avaliação em cada período lectivo (provas escritas e/ou práticas), salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas em reunião de Departamento Curricular e de acordo com a especificidade de cada disciplina. Os alunos deverão ser informados, pelo professor de cada disciplina, sobre as **datas da realização das provas** escritas e/ou práticas de avaliação acima referidas, devendo as mesmas ser registadas pelo professor, em aplicação informática específica para o efeito.
- A realização de **outras práticas de avaliação**, de acordo com as várias metodologias adoptadas pelo professor, deverá: ser dada a conhecer aos alunos, alargada a toda a turma e considerada para efeitos da avaliação sumativa.
- Só a título excepcional poderá marcar-se um momento formal de avaliação **a mais do que uma disciplina no mesmo dia**.
- Deve evitar-se a marcação de momentos formais de avaliação na **última semana de aulas** de cada período lectivo.
- Recomenda-se a **entrega e correcção das provas escritas de avaliação** em tempo razoável, sugerindo-se um prazo máximo de duas semanas.
- Não se pode realizar uma prova de avaliação sem que **tenha sido corrigida e entregue** a prova realizada no momento formal de **avaliação anterior**.
- Apenas por motivos de força maior podem ser entregues aos alunos provas de avaliação num **período lectivo posterior** àquele em que foram realizadas.
- O enunciado das provas escritas realizadas em momentos formais de avaliação deve contemplar a **cotação de cada uma das questões**.

- As provas escritas e/ou práticas de avaliação devem ser classificadas através de **indicação quantitativa**, na escala de 0 a 20 valores com aproximação às décimas, que pode ser seguida de **menção qualitativa**, de acordo com a seguinte tabela:

VALORES	MENÇÃO QUALITATIVA
0 – 4,4	Mau
4,5 – 9,4	Medíocre
9,5 – 13,4	Suficiente
13,5 – 17,4	Bom
17,5 – 20	Muito Bom

- A avaliação do **aproveitamento em cada período** deve traduzir um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes do aluno.
- A situação de alunos sem avaliação no 1º ou 2º períodos, por motivo não imputável à escola ou ao aluno, fica sujeito a procedimentos decididos por cada área disciplinar.

7. AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO

A avaliação do PE far-se-á através dos **relatórios** anuais dos documentos que com ele estão articulados:

- Planos Anuais de Actividades dos 4 anos que compõem o quadriénio do projecto;
- Planos de Melhoria anuais da Comissão de Auto-Avaliação;
- Plano de Intervenção da responsabilidade do Director da escola em exercício durante os 4 anos.

Da análise desse conjunto de relatórios, será elaborado o documento de balanço final. Esta estratégia implica que estes textos orientadores da vida da escola funcionem com coerência e coesão, o que irá favorecer o êxito e eficácia deste Projecto Educativo.

8. ANEXOS

1. DESENHO CURRICULAR DOS CURSOS DA ESDS

1.1. Cursos Científico - Humanísticos

O Decreto-Lei nº 272/2007, de 26 de Julho, artº 2º, criou um reforço de um segmento de quarenta e cinco minutos na carga horária semanal, associado a um tempo lectivo de noventa minutos, na disciplina trienal de Desenho A, nas disciplinas bienais de Física e Química A e Biologia e Geologia, de Língua Estrangeira na formação específica do curso de Línguas e Humanidades e do actual curso de Línguas e Literaturas, bem como nas disciplinas anuais de Física, Química, Biologia, Geologia, Oficina de Artes, Oficina Multimédia B e Materiais e Tecnologias; esta disposição aplica-se a todos os anos de escolaridade dos cursos Científico-Humanísticos a partir do início do ano lectivo de 2007/2008, originando uma aula experimental de 135 minutos.

CARGA HORÁRIA SEMANAL (vezes 90 minutos)

Formação Geral		10º	11º	12º
Comum a todos os cursos	Português	2	2	2
	Filosofia	2	2	-
	Língua Estrangeira I ou II ou III (a)	2	2	-
	Educação Física	2	2	2

Ciências e Tecnologias		10º	11º	12º	
Específica	Matemática A	3	3	3	
	Opções (b)	Física e Química A.	3,5	3,5	-
		Biologia e Geologia.	3,5	3,5	-
		Geometria Descritiva A	3	3	-
	Opções (c)	Biologia;	-	-	3,5
		Física;	-	-	3,5
		Química;	-	-	3,5
		Geologia.	-	-	3,5
Opções (d)	Ciência Política (e);	-	-	3	
	Direito (e);	-	-	3	
	Economia C (e);	-	-	3	

	Filosofia A (e); Geografia C (e); Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*); Psicologia B (e).	-	-	3
		-	-	3
		-	-	3
		-	-	3
	Área de Projecto (f)	-	-	2
	Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(1)

Ciências Socioeconómicas		10º	11º	12º	
Específica	Matemática A	3	3	3	
	Opções (b)	Economia A Geografia A História B	3 3 3	3 3 3	- - -
	Opções (c)	Economia C Geografia C Sociologia	- - -	- - -	3 3 3
	Opções (d)	Ciência Política (e) Direito (e) Filosofia A (e) Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*) Psicologia B (e)	- - - - -	- - - - -	3 3 3 3 3
	Área de Projecto (f)	-	-	2	
	Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(1)	

Artes Visuais		10º	11º	12º	
Específica	Desenho A	3,5	3,5	3,5	
	Opções (b)	Geometria Descritiva A Matemática B. História da Cultura e das Artes	3 3 3	3 3 3	- - -
	Opções (c)	Oficina de Artes; Oficina Multimédia B; Materiais e Tecnologias.	- - -	- - -	3,5 3,5 3,5
	Opções (d)	Ciência Política (e); Direito (e); Economia C (e); Filosofia A (e); Geografia C (e);	- - - - -	- - - - -	3 3 3 3 3

	Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*); Psicologia B (e).	-	-	3
	Área de Projecto (f)	-	-	2
	Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(1)

- (a) O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. Neste caso, tomando em conta as disponibilidades da escola, o aluno poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária
- (b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.
- (c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).
- (e) Oferta possível por parte da escola, dependente do número de inscrições.
- (f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.
- (g) Disciplina de frequência facultativa.
- (*) O aluno deve escolher a língua estrangeira estudada na componente de formação geral, nos 10.º e 11.º anos

1.2. Cursos Tecnológicos

Uma vez que os Cursos Tecnológicos estão a ser extintos, dando lugar aos Cursos Profissionais, no ano lectivo 2009/2010, só vão funcionar o 12º ano do Curso Tecnológico de Electrotecnia e Electrónica e do Curso Tecnológico de Administração.

CARGA HORÁRIA SEMANAL (vezes 90 minutos)

Comum a todos os cursos	Formação Geral	12º
	Português B	2
	Educação Física	2

Electrotecnia e Electrónica		12º
Formação científica	Matemática B	2
Formação tecnológica	Sistemas Analógicos e Digitais;	2
	Práticas Laboratoriais de Electrotecnia/Electrónica / Electrónica.	2

Área Tecnológica Integrada b)	Disciplina de Especificação c), d): - Práticas de Instalações Eléctricas.	120
Projecto Tecnológico d)		27 (147)
Estágio e)		160 f)
Educação Moral e Religiosa g)		(1)

Administração		12º
Formação científica	Matemática B	2
Formação tecnológica	Organização e Gestão Empresarial	2
	Contabilidade	2
Área Tecnológica Integrada b)	Disciplina de Especificação c), d): - Práticas de Contabilidade e Gestão	120
Projecto Tecnológico d)		27 (147)
Estágio e)		160 f)
Educação Moral e Religiosa g)		(1)

- (a) Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. Neste caso, tomando em conta as disponibilidades da escola, o aluno poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.
- b) A Área Tecnológica Integrada é assegurada pelo docente que lecciona a disciplina de Especificação.
- c) O aluno frequenta a disciplina correspondente à Especificação em que se inscreveu.
- d) A gestão da carga horária anual (147 x 90 minutos) da Especificação e Projecto Tecnológico será da responsabilidade da escola, salvaguardando que a carga anual da disciplina de Especificação seja de 120 unidades lectivas e a do Projecto Tecnológico de 27 unidades lectivas.
- e) A organização do estágio será objecto de regulamentação própria, aprovada pelo Ministro da Educação.

- f) *Incluindo um total de 24 horas de gestão flexível da responsabilidade do professor-orientador e alunos-formandos. Esse total deverá ser utilizado para a elaboração do Plano de Estágio e para as diversas reuniões de orientação e avaliação.*
- g) *Disciplina de frequência facultativa.*

1.3. Cursos Profissionais

Os Cursos Profissionais são uma modalidade de educação, inserida no ensino secundário, que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional. A aprendizagem valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial local.

Para quem?

- Indivíduos que se encontrem nas seguintes condições: conclusão do 9º ano de escolaridade ou equivalente;
- Procura de um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho.

Certificação:

- Confere um diploma equivalente ao ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3.
- O diploma equivalente ao ensino secundário e o certificado de qualificação profissional de nível 3 permitem o ingresso nos Cursos de Especialização Tecnológica (nível 4) e o acesso ao ensino superior. Para o prosseguimento de estudos no ensino superior, é, no entanto, necessária a realização de um exame na disciplina de Português e em duas disciplinas da componente de formação científica.

Legislação:

- **Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março** – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação
- **Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro** – Altera o Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação
- **Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio** – Aprova o regime de criação, organização e gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário
- **Portaria n.º 797/2006, de 10 de Agosto** – Altera a Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio, que aprova o regime de criação, organização e gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário.
- **Despacho n.º 14758 / 2004 de 23 Junho** – organização do processo de matrícula e constituição de turmas
- **Despacho Normativo n.º 36 / 2007 de 8 de Outubro** com as alterações introduzidas pelo **Despacho Normativo n.º 29 /2008 de 5 de Junho**

Curso Profissional de Técnico Informática de Gestão				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Inglês	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
Matemática	100	100	100	300
Economia	100	100	-----	200
FORMAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA E PRÁTICA				
Aplic. Informáticas e Sistemas de Exploração	102	81	-----	183
Linguagens de Programação	155	222	81	458
Organ. de Empresas e Aplica. de Gestão	105	105	77	287
Sistemas de Informação	50	100	102	252
Formação em contexto de trabalho	-----	-----	420	420
Total	1011	1057	1032	3100

Curso Profissional de Técnico de Gestão				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Inglês	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
Matemática	100	100	100	300
Economia	100	100	0	200
FORMAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA E PRÁTICA				
Gestão	200	204	96	500
Contabilidade e Fiscalidade	156	150	144	450
Direito das organizações	52	78	-----	130
Cálculo financeiro e estatística aplicada	50	50	-----	100
Formação em contexto de trabalho	-----	-----	420	420
Total	1057	1031	1012	3100

Curso Profissional de Técnico de Contabilidade				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Inglês	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
Matemática	100	100	100	300
Economia	100	100	-----	200
FORMAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA E PRÁTICA				
Contabilidade geral e analítica	198	204	198	600
Direito das organizações	99	141	-----	240
Cálculo financeiro e estatística aplicada	50	70	-----	120
Organização e gestão empresarial	99	51	70	220
Formação em contexto de trabalho	-----	-----	420	420
Total	1045	1015	1040	3100

Curso Profissional de Técnico de Instalações Eléctricas				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Inglês	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
Matemática	149	99	52	300
Física e Química	50	100	50	200
FORMAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA E PRÁTICA				
Electricidade e Electrónica	149	149	125	423
Tecnologias Aplicadas	99	50	83	232
Desenho Esquemático	50	50	41	141
Práticas Oficiais	149	198	37	384
Formação em Contexto de Trabalho	-----	80	340	420
Total	1045	1075	980	3100

Curso Profissional de Técnico de Electrónica, Automação e Computadores				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Inglês	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
Matemática	149	99	52	300
Física e Química	50	100	50	200
FORMAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA E PRÁTICA				
Electricidade e Electrónica	149	99	64	312
Tecnologias Aplicadas	99	111	-----	210
Sistemas Digitais	-----	99	123	222
Automação e Computadores	149	149	138	436
Formação em Contexto de trabalho	-----	80	340	420
Total	995	1086	1019	3100

1.3.1. Cursos Profissionais de Música em Parceria com o Orfeão de Leiria

Técnico Instrumentista de Sopro e de Percussão				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Língua estrangeira	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
História da Cultura e das Artes	60	60	80	200
Teoria e Análise Musical	50	50	50	150
Física do Som	50	50	50	150
FORMAÇÃO TÉCNICA				
Instrumento	110	90	90	290
Conjuntos Instrumentais	60	60	60	180
Naípe e Orquestra	160	160	160	480
Projectos Colectivos e Improvisação	80	70	80	230
Formação em Contexto de Trabalho	-----	200	220	420
Total	969	1089	1042	3100

Técnico Instrumentista de Cordas e Teclas				
Elenco Modular	Nº de horas			
	10º	11º	12º	Total
FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL				
Português	99	149	72	320
Língua estrangeira	100	50	70	220
Área de Integração	100	50	70	220
TIC	50	50	-----	100
Educação Física	50	50	40	140
FORMAÇÃO CIENTÍFICA				
História da Cultura e das Artes	60	60	80	200
Teoria e Análise Musical	50	50	50	150
Física do Som	50	50	50	150
FORMAÇÃO TÉCNICA				
Instrumentos (Específico e de Acompanhamento)	90	90	90	270
Música de Câmara	60	60	80	200
Naípe, Orquestra e Prática de Acompanhamento	160	160	160	480
Projectos Colectivos	80	70	80	230
Formação em Contexto de trabalho	-----	200	220	420
Total	949	1089	1062	3100

1.4. Cursos EFA - Educação e Formação de Adultos

Os Cursos EFA e as formações modulares destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário.

Os Cursos EFA de nível secundário, ministrados em regime diurno ou a tempo integral, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos. A título excepcional e sempre que as condições o aconselhem, nomeadamente em função das características do candidato e da distribuição territorial das ofertas qualificantes, o serviço competente para a autorização do funcionamento do curso EFA pode aprovar a frequência por formandos com idade inferior a 18 anos, à data do início da formação, desde que comprovadamente inseridos no mercado de trabalho.

A formação modular pode ainda abranger formandos com idade inferior a 18 anos, que pretendam elevar as suas qualificações, desde que, comprovadamente inseridos no mercado de trabalho ou em centros educativos, nos termos da legislação aplicável a estes centros.

Estes cursos proporcionam uma dupla certificação escolar e profissional, correspondendo, nesta fase, à escolaridade básica de quatro, seis ou nove anos e aos níveis I e II de qualificação profissional.

Concepção curricular / Projecto Curricular de Turma (PCT)

Os Cursos EFA apresentam um modelo que integra:

- o reconhecimento e a validação de competências prévias, adquiridas em diferentes contextos de vida;
- formação de base e/ou formação profissionalizante.

A concepção curricular dos Cursos EFA, embora flexível, deve respeitar uma estrutura por áreas de Competências-Chave, subdivididas em unidades de competência com coerência interna, que inclui componentes integradas de Formação de Base e de Formação Profissionalizante (no caso dos Cursos EFA de certificação escolar e profissional) ou a componente de Formação de Base (no caso dos Cursos EFA de certificação escolar).

Os formadores da componente de formação de base dos cursos EFA de nível secundário devem, sempre que necessário, assegurar o exercício das suas funções em regime de co-docência, entendida esta como a leccionação da unidade, em simultâneo, por mais do que um formador, relativamente a, pelo menos, 50% da carga horária de cada unidade de formação de curta duração dessa componente.

O Projecto Curricular de Turma assume a forma particular como, em cada turma, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidade próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto.

O Projecto Curricular de Turma tem como finalidade a organização das actividades da turma ao longo do ano, adequando o currículo nacional ao contexto da turma. O PCT é da responsabilidade do Conselho de Turma, a quem cabe a

sua concepção, desenvolvimento, avaliação e reformulação. Com o PCT pretende-se definir uma linha de actuação comum ao nível do conselho de turma no que concerne ao trabalho pedagógico, bem como definição de critérios de actuação comuns aos modos e instrumentos de avaliação a privilegiar.

Assim, compete à equipa pedagógica que constitui o Conselho de Turma:

- a) Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino e aprendizagem;
- b) Planificar o desenvolvimento das actividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
- c) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respectivos serviços especializados de apoio educativo, em ordem à sua superação;
- d) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
- e) Adoptar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
- f) Conceber e delinear actividades em complemento do currículo proposto;
- g) Preparar informação adequada, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos.

Avaliação

A avaliação incide sobre as aprendizagens efectuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis.

A avaliação destina -se a:

- a) Informar o adulto sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos no processo formativo;
- b) Certificar as competências adquiridas pelos formandos à saída dos Cursos EFA.

A avaliação contribui também para a melhoria da qualidade do sistema, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

A avaliação deve ser:

- a) Processual, porquanto assente numa observação contínua e sistemática do processo de formação;
- b) Contextualizada, tendo em vista a consistência entre as actividades de avaliação e as actividades de aquisição de saberes e competências;
- c) Diversificada, através do recurso a múltiplas técnicas e instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza da formação e dos contextos em que a mesma ocorre;
- d) Transparente, através da explicitação dos critérios adoptados;
- e) Orientadora, na medida em que fornece informação sobre a progressão das aprendizagens do adulto, funcionando como factor regulador do processo formativo;
- f) Qualitativa, concretizando -se numa apreciação descritiva dos desempenhos que promova a consciencialização por parte do adulto do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões.

Modalidades de avaliação

O processo de avaliação compreende:

- a) A avaliação formativa, que permite obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias de recuperação e aprofundamento;
- b) A avaliação sumativa, que tem por função servir de base de decisão sobre a certificação final.

Nos Cursos EFA de nível secundário, a avaliação formativa ocorre, preferencialmente, no âmbito da área de PRA (Área de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens), a partir da qual se revela a consolidação das aprendizagens efectuadas pelo adulto ao longo do curso, a avaliação traduz -se ainda na atribuição de créditos, de acordo com o referencial de competências -chave de nível secundário, com efeitos na certificação dos formandos.

1.5. Cursos do Ensino Secundário por Módulos Capitalizáveis

Matriz curricular, de acordo com a Portaria n.º 781/2006 de 9 de Agosto, que altera da Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de Maio. Uma vez que estes cursos estão, progressivamente, a ser substituídos pelos cursos EFA, a escola apenas assegura a continuidade de estudos dos alunos que se inscrevam.

Carga horária semanal (vezes 90 minutos)

Curso Tecnológico de Administração		12º ano	
		NM	CH
Formação geral	Português	3	2
Formação científica	Matemática B	3	2
Formação tecnológica	Organização e Gestão Empresarial	3	2
	Contabilidade	3	2
	Técnicas Administrativas	3	2
	Área tecnológica integrada	Disciplina de Especificação a) Práticas de Contabilidade e Gestão	3
Projecto Tecnológico b)		3	33 (165)

NM – Número de Módulos capitalizáveis. CH – Carga Horária Semanal

a) O aluno escolhe uma disciplina de especificação. A gestão da carga horária semanal da disciplina de Especificação e do Projecto Tecnológico será da responsabilidade da escola, salvaguardando que a carga horária total anual da disciplina de Especificação seja de 132 unidades lectivas e a do Projecto Tecnológico de 33 unidades lectivas.

b) O Projecto Tecnológico é assegurado pelo docente que lecciona a disciplina de especificação.